

RELATÓRIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Neste Relatório procura-se oferecer, sinceramente as atividades da Universidade durante os anos de 1950 a 1954.

Atravessando os anos mais difíceis, as primeiras preocupações foram de ordem puramente material, buscando-se concretizar os dispositivos da lei. Os primeiros tempos foram dedicados a regulamentação, a lei de pessoal, aos regimentos internos. As transposições de verbas e o início de seus recebimentos, em 1950, exigiu apreciável tempo e esforço. Até 1951 a dedicação de muitos era empenhada quase totalmente na solução desses problemas iniciais e básicos. Muitos deles, considerados como básicos, ainda não foram solucionados definitivamente.

Muita dedicação, espírito de sacrifício e cooperação desinteressada terão ainda de oferecer aqueles que desejarem ver realizada a obra que se inspirou em um grande ideal.

Os problemas fundamentais da Universidade ainda não encontraram solução definitiva, parecendo faltar, neste particular, o sentido exato do mais alto espírito público e o amadurecimento à compreensão nítida, clara e prática do espírito universitário.

Mesmo assim, pode-se afirmar que se realizou muito. Considerem-se os fenômenos políticos, sociais e econômicos da vida da Nação durante este período e há de se verificar que houve progresso, que a custa de sacrifícios imensos, o lado positivo é bem maior do que o negativo.

- PROBLEMAS FUNDAMENTAIS -

Sem dúvida, existem problemas de base que necessitam solução urgente e, sem os quais, não se poderá pensar na concretização de uma obra como a que foi planejada e que cresce, no futuro a cada instante, pelo ideal, a dedicação, espíritos de trabalhos e amor de muitos dos que a servem.

Considera-se como problemas básicos os seguintes:

- 1 - Água Potável
- 2 - Energia Elétrica
- 3 - Construções
- 4 - Meios
- 5 - Espírito Universitário.

Graças as providências tomadas, o problema da água está em vias de solução. A nova captação, planejada e em execução virá dar à Universidade um volume de água potável vezes superior a atual. Isto representa uma solução para muitos anos.

De todos os estudos que se tem procurado fazer no sentido de solucionar a questão de energia, parece que nenhum oferece melhores condições que o do aproveitamento da queda da "Brecha", no Rio Casca. Esta queda é de propriedade de uma firma particular que explora a décima parte de seu potencial hidráulico. Está localizada a 21 quilômetros da Universidade, existindo linhas de força, já pronta, num percurso de 5 quilômetros.

No momento, o fornecimento da energia elétrica à instituição é feita pela "Companhia Viçosense de Força e Luz" que está com a sua capacidade de produção totalmente superada. O consumo atual é de aproximadamente 25% do consumo da cidade de Viçosa.

Em caráter reservado vem a Universidade mantendo contato com os atuais proprietários da usina da "Brecha". Um orçamento provável poderá ser assim oferecido:

1 - Reforma de barragem e canais	Cr\$ 150.000,00
2 - Linha de transmissão	Cr\$ 400.000,00
3 - Estação distribuidora	Cr\$ 200.000,00
4 - Fábrica de gerador	Cr\$ 1.500.000,00
5 - Compra da concessão	Cr\$ 200.000,00
Total	Cr\$ 2.450.000,00

Merece este assunto a melhor atenção dos responsáveis pela Universidade. É problema básico, urgente e sem o qual não poderá a Universidade realizar o seu magnífico programa, no futuro.

Não se pode negar que a Lei 272 de 13 de novembro de 1948 cometeu o erro que nos seja permitido classificar como tendo sido da boa vontade e do ideal. Assim foi que a lei previu a instalação de toda a U.R.E.M.G. num tempo verdadeiramente impossível.

Uma obra que preocupou a tantos e que se fundamentou em instituições de tantos serviços prestados ao Estado e a Nação, necessita de uma série de construções mínimas para que possa cumprir o seu programa. Consideramos como mínimas e essenciais as seguintes construções:

1 - Um novo dormitório para os alunos da Escola de Agronomia e Escolas Anexas. Não há dúvida de que o fator limitante mais importante para o aumento do número de alunos é a capacidade do atual internato.

Mantendo ensino gratuito e não havendo possibilidade, em Viçosa, para acomodar um grande número de estudantes, internatos com maior capacidade, cobrando taxa módica, aumentará sensivelmente a frequência aos vários cursos.

2 - O atual edifício principal está inteiramente congestionado, não oferecendo possibilidade para o necessário e urgente aumento de laboratórios, salas de aulas e etc.

O término do prédio de química é um imperativo inadiável. Acredita-se que com o prédio de química e, no futuro, constituindo-se mais um andar no atual edifício principal, encontre-se solução adequada para o problema de espaço.

3 - Faz-se necessário um dormitório para as alunas da Escola de Ciências Domésticas. Sem isto não será possível àquela unidade fazer propaganda de seus cursos e receber maior número de alunas.

4 - Um prédio, de menores proporções será necessário à Biblioteca. Esta independência trará a urgente e necessária expansão deste órgão vital à vida da Universidade.

Procurou-se focalizar aqui as construções de maior porte e que o orçamento da Universidade não comporta. Terão de ser feitas com verbas extraordinárias. Acredita-se que as demais, também necessárias, possam ser feitas com recursos orçamentários próprios.

No que tange aos meios, isto é, dotações orçamentárias, o problema é de uma urgência absoluta. Até 1954, as verbas de que dispõe a Universidade foram insignificantes. Não se poderá, para o futuro, levar avante a obra sem a tranquilidade de melhores dotações e, sobre tudo, a garantia de recebimentos em épocas próprias. Como se verá em capítulo especial, deste relatório, tem constituído um sacrifício enorme as providências para se efetuarem os recebimentos e manter-se a Instituição com os poucos recursos que se lhe tem oferecido.

Considera-se de vital importância o desenvolvimento e a solidificação do espírito universitário que, sem dúvida, parece existir. Este é um ponto fundamental. Não há no Brasil, que se conheça, a mesma mentalidade universitária verificada em outras Nações. Sómente a aglomeração de Escolas distantes física e espiritualmente não se pode considerar Universidade. A Universidade necessita de alguma coisa mais. Sem ideal e o mais alto espírito de entendimento, permanecendo as suas unidades e cada um de seus órgãos no limite exato de suas atribuições legais, não se conseguirá mais do que uma disputa de interesses coletivos e pessoais, que destrói mais do que constroi.

As Universidades precisam ser, como acontece em vá

rias partes do mundo, as grandes matrizes a formar os homens da técnica e da ciência que garantirão o futuro das Nações.

- MELHORAMENTOS -

Podem ser constatados durante estes anos uma série a preciosa de melhoramentos na U.R.E.M.G. Demonstra este fato, sem nenhuma dúvida, a eficiência das administrações que em momentos de aperturas financeiras souberam manter o sadio espírito de cooperação e entendimento.

Durante estes anos foram realizados, mesmo com recursos diminutos, obras definitivas e de vulto. Algumas destas realizações já foram comentadas. Concluir-se-á este capítulo com a citação dos melhoramentos de maior importância, demonstrando-se que, mesmo com pequenos recursos, realizou-se, durante este tempo, obra de merecimento incontestável.

- 1 - Calçamento, em concreto, da avenida principal, uma extensão de pouco mais de um quilômetro, em duas faixas;
- 2 - Início, tendo sido levado até o primeiro pavimento, do prédio de química;
- 3 - Construção de casas para operários e encarregados;
- 4 - Novo abastecimento de água potável, com uma adutora de mais de 3.000 metros;
- 5 - Rede d'água para as novas residências para professores compreendendo adutora de dimensões variadas, com mais de 2.500 metros de extensão;
- 6 - Rede de esgoto feita, com mais de 1.600 metros de extensão;
- 7 - Instalação elétrica para as mesmas residências, abrangendo um comprimento superior a 1.200 metros;
- 8 - Instalação de rede telefônica interna, interligando os vários departamentos, perfazendo uma extensão de metros de linhas;
- 9 - Construção de vários abrigos nos departamentos de Agronomia, Horticultura, Solos e Adubos, Zootecnia e etc., com uma superfície coberta de 1.000m² aproximadamente;
- 10 - Instalação de relógio elétrico no prédio principal;
- 11 - Adaptação do antigo almoxarifado para funcionamento da Escola Superior de Ciências Domésticas;
- 12 - Feitura de cercas e calçamento e outros melhora-

mentos em currais;

- 13 - Aumento da parada da estrada de ferro Leopoldina para possibilitar a instalação, fora do prédio principal, de agência do correio e da cooperativa dos alunos;
- 14 - Adaptação de pavilhões para laboratórios na E. S.V.;
- 15 - Remodelação de várias residências de professores, construções de estufins, estufa e vários outros melhoramentos de menor significação.

Pode parecer pouco, mas, atentando-se para os recursos orçamentários disponíveis, há de se verificar que a soma de realizações e de trabalho foram enormes.

- LEIS DA UNIVERSIDADE RURAL -

As leis e decretos sobre a UREMG são, por ordem cronológica os seguintes:

- 1 - Lei nº 272, de 13 de novembro de 1948. Cria a U.R.E.M.G. e dá outras providências.
- 2 - Decreto nº 3.211, de 15 de dezembro de 1949. Dispõe sobre a instalação da UREMG.
- 3 - Decreto nº 3.212, de 15 de dezembro de 1949. Autoriza a emissão de R\$ 150.000.000,00 em apólices da dívida interna fundada.
- 4 - Decreto nº 3.213, de 15 de dezembro de 1949. Dispõe sobre o "Fundo Universitário", previsto na lei 272, de 13 de novembro de 1948.
- 5 - Decreto nº 3.265, de 14 de março de 1950, Dispõe sobre o "Fundo Universitário", previsto na Lei 272, de 13 de novembro de 1948 e revoga o Decreto nº 3.212, de 15 de dezembro de 1950.
- 6 - Decreto nº 3.292, de 25 de maio de 1950. Aprova os Estatutos da UREMG.
- 7 - Lei nº 657, de 20 de novembro de 1950. Dispõe sobre o pessoal da UREMG e dá outras providências.
- 8 - Lei nº 658, de 20 de novembro de 1950. Modifica a Lei 272, de 13 de novembro de 1948.
- 9 - Lei nº 918, de 15 de setembro de 1952. Modifica o art. 7º da Lei nº 657, de 20 de novembro de 1950.
- 10 - Lei nº 1068, de 26 de dezembro de 1953. Abre crédito especial de R\$ 3.001.428,00.

11 - Autorização Ministerial, publicada no Diário Oficial de 16 de outubro de 1953.

Como é natural, após determinado tempo, com a experiência, tem-se observado uma série de pequenas deficiências. Com o necessário cuidado, alguns textos devem ser modificados.

- VISITAS À UNIVERSIDADE RURAL

Além dos técnicos citados, que tiveram permanência por maior número de dias e objetivos bem definidos, contou a Universidade Rural com uma série de visitas de relêvo no mundo técnico, político e social. Foram tôdas elas gradas à Instituição. Cuidou-se com afincos para que tôdas elas levassem da Universidade a mais desvanecedora impressão, em todos os sentidos, especialmente no setor dos trabalhos que a Universidade vem realizando.

Registrem-se os seguintes nomes:

Governadores:

Dr. Milton Soares Campos; Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira;

Dr. Fernando Corrêa Costa, do Estado de Mato Grosso.

Senadores:

Dr. Artur Bernardes Filho.

Deputados Federais:

Dr. Daniel de Carvalho, Dr. Napoleão Fontenelle, Dr. Dilermando Cruz.

Secretários do Estado:

Dr. Américo Renê Gianetti, Dr. Tristão da Cunha, Dr. Juarez de Souza Carmo, Dr. Aloísio Costa, Dr. Antonio Pedro Braga, Dr. Geraldo Starling e Dr. Mário Hugo Ladeira.

Deputados Estaduais:

Dr. Carlos Vaz de Melo Megale, Dr. Remusat Renó, Dr. Augusto Costa, Dr. Silvio Maranha, Dr. Bolívar de Freitas, Dr. Uriel Alvim, Dr. Cândido Ulhôa, Dr. Oscar Dias Corrêa, Dr. André de Almeida e Dr. Cícero Drumont.

Autoridades Eclesiásticas:

D. Helvécio Gomes de Oliveira

Autoridades Militares:

Coronel Frederico Vileroy

Outras Personalidades:

Dr. João Resende, Dr. Darcy Bessone, Prof. Este Alivante, Dr. Dermeval Pimenta, Srta. Maury Rocke-

feller, Miss Clarissa Rolfs, Srta. G. Barckly, Sr. Gorham Graham, Miss May Kay Rogers, E. Bojilo.

Técnicos:

Dr. Otávio Domingues, Dr. A.S. Miller, Dr. Camon H. Hesrn, Dr. Carmen S. Sanchez, Deim Iong, Dra. Hary Miller, Dr. Drotty Paiker, Dr. Buchnam, Miss Elizabeth Wiham, Dr. Paulo Cuba, Dr. F. Prachisto, Miss Eva Gabele, Dr. Toker, Dr. Warren, Dr. Walter, Dr. Dilermando Corrêa, Dr. Henrique Portugal, Dr. Jefferson de Souza, Dr. G. Apodaca, Dr. John Hoppings, Dr. Ernani Tavares de Sá, Dr. W. Lodwig, Miss G. Oberlands, Miss Maury Bodwin, G.G. Medermmt, Miss Kelly, Dr. Roberto Fowler, Dr. Bonifácio Bernardes, Dr. Benedito Camargo, Dr. José Guimarães Duque, Dr. Quintiliano de Avelar Marques, Dr. Vitor de Andrade Brito, Dr. G. Briquet, Dr. Arnaldo Krug, Dr. Américo Groszmann, Dr. Ady Raul da Silva, Dr. João Gonçalves, Dr. Érico da Rocha Nobre, Dr. Oscar Dias Corrêa, Dr. Giorgio Screiber, Dr. Osório Diniz, Dr. Amadeu Fialho, Dr. Jeferson de Souza.

Destacamos, com especial agrado, a visita do Dr. Artur da Silva Bernardes, fundador da Instituição e que, por muitos títulos, mereceu grande reconhecimento de toda a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

- APROVAÇÃO DE ESTATUTOS E REGIMENTOS DA
UNIVERSIDADE RURAL PELO GOVÊRNO FEDERAL -

As Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária são reconhecidas pelo Decreto nº 112, de 4 de abril de 1935, do Governo Federal. Posteriormente, a lei estadual nº 272, criando a U. R.E.M.G., incorporou-as como Unidades da Universidade Rural. Foram elaborados novos estatutos e regimentos. Há necessidade de serem êles aprovados pelo Governo Federal. No caso, em face do Decreto-lei nº 933, de 7 de dezembro de 1938, a solicitação teria que ser feita ao Ministério da Agricultura, através do seu órgão competente que é a SEAV. Era chefe daquela Superintendência o Dr. Lima Câmara. Por seu intermédio, foi solicitada a aprovação dos Estatutos e Regimentos. Ficaram em seu poder os elementos necessários ao exame do problema em causa. Voltou-se ao assunto e foi a matéria discutida, em mesa redonda, pelos técnicos da Superintendência. Algumas objeções foram apontadas e todas elas sem maior significação. Ficou o assunto em estudo.

Infelizmente, como todos os demais de outras instituições, continua sem aprovação.

Nos anos de 1951, 1952 e posteriormente, quando Superintendente o Sr. Nelson Dantas Maciel, voltou-se ao assunto. Foi consultado o Prof. Raul Bittencourt, catedrático da Universidade do Brasil, sobre os estatutos, particularmente, sobre o que se refere à Lei 7, regime de notas, exigências mínimas. Concluiu-se que o preceituado nos estatutos estava de acordo com a Lei.

É verdade que a legislação sobre o ensino no País é sumamente complexa. Ainda assim, é oportuno declarar que faltam, pelo menos no setor do ensino agrônomo e veterinário, instruções básicas e exigências mínimas, convenientemente estudadas, que possam ser aplicadas com segurança e que ofereçam às instituições mais liberdade de ação. Uma consolidação das leis sobre o ensino no País é considerada uma necessidade.

As reuniões de diretores, focalizadas em capítulo especial, deram uma grande esperança aos estabelecimentos de ensino subordinados ao Ministério da Agricultura. Pode-se afirmar que foram consequências delas duas portarias mais recentes que, apesar de suas falhas, já dão orientação mais segura.

Tem-se conhecimento de um plano de reforma do ensino agrônomo e veterinário em elaboração. É de se esperar que consequências benéficas e medidas adequadas surjam desta nova orientação, principalmente se sobre o assunto opinarem as escolas do País. Tem-se sugerido à Superintendência uma reunião anual de diretores para a discussão dos problemas didáticos.

- LEI SOBRE O PESSOAL -

A lei 657 é a lei do pessoal da Universidade Rural. Sancionada em novembro de 1950, teve efeito retroativo a partir de janeiro do mesmo ano. Como era natural, nas tabelas que a acompanham, há alguns erros que urge alterar ou corrigir. Os quadros ficaram, inteiramente lotados, sem oferecer possibilidade a promoções. Cabe aqui a observação de que, a partir de 1951, o custo das utilidades subiu tanto que os vencimentos ali fixados, razoáveis, passaram a ser baixos. Este fato e a impossibilidade de promoções criaram uma situação de inferioridade para os servidores da Universidade Rural.

Os estudos que o Governo vinha fazendo, a reestruturação geral do funcionalismo que ainda não foi encaminhada à Assembleia Legislativa após a Lei 858 de 1951, os estudos de novos aumentos em 1954, a nova lei do salário mínimo, o não aumento das dotações orçamentárias da Universidade constituem os fatores essen-

ciais da falta de oportunidade para o encaminhamento da reforma dos quadros do pessoal efetivo.

Devendo a Universidade manter em seus quadros, os mesmos valores dos padrões das carreiras do Estado, o aumento de vencimentos que se pleitear deve ser com relação ao início e ao final de cada carreira e não na alteração de valores dos padrões pura e simplesmente. Será necessário também o aumento da lotação dos diversos padrões, não só para possibilitar as promoções, como para se poder eliminar a tabela provisória.

Os estudos para a reforma da lei 657 foram iniciados em princípios de 1954 e levados ao Conselho Universitário em sua reunião de março.

- EMBLEMAS -

Com o advento da U.R.E.M.G. concebeu-se a idéia de organizar-se o seu emblema e o de suas unidades. Entregue o assunto ao Professor José Marcondes Borges, este buscou estudar o problema em face das leis da "Heraldica", consultando a pessoas consideradas como autoridades no assunto.

Resultou que, terminados os trabalhos, foram os mesmos aprovados pelo Conselho Universitário. Mandou-se confeccionar flâmulas, clichês e etc., passando-se a uzar oficialmente os novos emblemas. Transcreve-se a seguir o trecho do relatório descrevendo e justificando o emblema elaborado.

- FUNDO UNIVERSITÁRIO -

O fundo Universitário, de acôrdo com a lei 272 de 13 de novembro de 1948, artigo , é constituído de apólices inalienáveis no total de R\$ 150.000.000,00 que rendem juros de 8% e de 250.000 Has de terras devolutas.

Com o Decreto nº 3.265, de 14 de março de 1940, dispondo sobre a emissão das apólices, e que substituiu o Decreto nº 3.212 de 15 de dezembro de 1949, foi emitida a cautela no valor de R\$ 150.000.000,00 rendendo 8%, devidamente averbada no Departamento da Despesa Variável da Secretaria das Finanças.

Em 1951 foram feitos os primeiros pedidos para o aumento do fundo Universitário de tal sorte a possibilitar melhor receita. Foram encaminhadas exposições longas sobre a situação da Universidade Rural ao Senhor Governador e aos Senhores Secretários da Agricultura e das Finanças, em 1952, lembrando a promessa feita em julho de 1951 pelo senhor Governador. Uma comissão especial avistou-se com o Sr. Governador e por várias vezes com os Secretários de Estado. Foram quasi importunas as frequentes solicitações feitas pela Reitoria aos Senhores Secretários, gabinetes do Sr. Go-

vernador, Assessoria Técnica Consultiva do Estado, vários deputados e pessoas influentes. A Contadoria Geral, pela secção competente, elaborou projeto de Decreto, a ser baixado pelo executivo e que infelizmente não logrou aprovação.

O Senhor Governador prometeu pessoalmente ao Reitor que encaminharia a mensagem ao legislativo. Isto em abril de 1954. Não se descurava do assunto. Em fins de 1954, encontrou o assunto absoluta receptividade por parte do Secretário das Finanças. Com a colaboração de muitos e a boa vontade do Sr. Contador Geral e do Chefe da Assessoria Técnica, conseguiu-se transformar o projeto primitivo, que era de aumento das apólices inalienáveis de
R\$ 70.000.000,00 para uma lei especial dispondo a obrigação do Estado de incluir em seu orçamento anual uma verba de, no mínimo
R\$ 6.000.000,00 para a Universidade Rural. O assunto foi entregue ao Sr. Contador Geral para ser encaminhado ao legislativo. Ficou estabelecido que a própria lei abriria um crédito especial
R\$ 6.000.000,00 com vigência em 1955, apresentando a primeira cota da obrigação do Estado.

As terras devolutas, em poder da Universidade, representam uma área de 170.000 Has de terras devolutas na região chamada "Mata da Jaiba", nos municípios de Janaúba, São João da Ponte e Januária. Esta doação foi feita por escritura pública em março de 1950. Esta área é de baixo valor e de difícil acesso. Nada foi feito para o exame detido de suas possibilidades econômicas a não ser através de informações colhidas de conhecedores da região.

Em 1951 iniciou-se um entendimento com o Diretor da colonização de parte da Mata da Jaiba doada ao Governo Federal, no sentido de ser a área da Universidade Rural adquirida pela União. A perspectiva era boa uma vez que apreciável soma poderia ser conseguida com esta transação. Não se logrou a visita programada ao local das terras e nem adiantariam os entendimentos feitos, face ao acidente que vitimou o Dr. Zoé Machado.

Preocupava-se com o se obter o restante das terras devolutas, no total de 80.000 Has para que fossem completados os 250 Has de que fala a lei 272.

Aceitou-se a colaboração, sem onus, do Sr. Benedito Gonçalves na verificação de locais onde houvesse terras devolutas que pudessem ser doadas a Universidade Rural. Isto foi feito com o conhecimento do Senhor Secretário da Agricultura de então.

As várias visitas feitas ao Departamento de Terras, Matas e Colonização da Secretaria da Agricultura, pedindo informações, não resultou nada de positivo, parecendo mesmo que não havia, terrenos com a área que se necessitava, em condições de ser doada a

Universidade Rural.

Entendeu-se que mesmo a área que estivesse a venda interessava, uma vez que não seria possível conseguir-se de outra forma. Nem assim foi possível. Caberia ao Estado a doação e, por parte da Universidade Rural, fazer-se todo o esforço no sentido de recebê-la.

A Companhia Belgo Mineira tinha sob seu domínio grande área com clausula de reversão ao Estado. Esta área, em face do exame do processo, calculou-se nunca mais voltaria ao Estado. Era uma área conveniente e além disso, a única possível. Houve interesse da Companhia em efetuar a transação, com a possibilidade de adquiri-las em definitivo e o interesse da Universidade Rural foi posto no sentido de lhe ser doado as terras ou o montante de sua venda. O processo foi devidamente examinado pelos órgãos competentes da Secretaria da Agricultura e mereceu parecer do então advogado Geral do Estado. Não se logrou resultado positivo com esta iniciativa até o término do Governo passado. Voltou-se ao assunto junto ao atual Governo sem nada se ter conseguido. A área em questão foi vendida, como se esperava, por muito menos do que seria conseguido, no caso da Universidade Rural.

Condicionada a esta operação e sem onus para a Universidade Rural, concordou-se na aquisição, por parte da Companhia Belgo Mineira, de uma área confrontante com terrenos da Universidade Rural. Imaginou-se que seria uma maneira de prender a Companhia uma vez que seria do seu interesse o assunto. E de nenhum modo a Universidade Rural, desembolsaria importância alguma para adquiri-la. Considerando-se tão conveniente a operação das terras devolutas e não se notando nenhuma outra possibilidade de se obter, pelo menos parte do que era devido a Universidade Rural, a aquisição dos terrenos em Viçosa, condicionado a realização de doação por parte do Estado, não havia nenhum inconveniente. A Universidade Rural não teve nenhuma participação na operação feita, e, a própria autorização dada sob a condição de se realizar a doação, esta caduca em face de correspondência trocada.

Pode ser adiantado que até onde foi possível pesquisar não há, pelo menos o D.T.M.C. não informa, qualquer área de terras devolutas que possa ser doada pelo Estado.

O assunto merece a melhor atenção no sentido de, com oportunidade promover-se a substituição a área restante devida a Universidade por uma outra modalidade que, constituído parte do "Fundo Universitário" venha dar renda efetiva. Em certa ocasião surgiu a idéia de se pleitear ações das companhias de eletricidade. Foram feitas sondagens neste particular e verificou-se que não haveria possibilidade.

Realmente, pouco adiantará áreas de terras de baixo valor, de difícil exploração econômica e de valorização muito lenta.

Em 1953 iniciou-se uma conversação com o Sr. Tucker, no sentido de se elaborar um programa de exploração das terras da Jaíba. A princípio, não se considerou viável pela inexistência a de numerário para tal. Posteriormente, continuando-se os entendimentos, surgiu a possibilidade de um programa de cooperação, onde a parte material ficaria a cargo de um acordo com o "Escritório Técnico de Agricultura" organizando-se naquela região uma escola para tratoristas.

- AUMENTO DE VENCIMENTOS -

Durante estes anos, foram concedidos pelo Estado, ao funcionalismo público, dois aumentos de vencimentos. Por força do artigo 3º da Lei 272, estes aumentos atingiram aos servidores, da Universidade Rural.

O primeiro aumento, pela Lei 858 de 31 de dezembro de 1952, nas seguintes bases: 40% para o primeiro hum mil cruzeiros, ou parte; 30% para o segundo hum mil cruzeiros ou parte; 25% para o terceiro hum mil cruzeiros ou parte, até o máximo de R\$ 900,00, pagáveis, a metade em 1953 e a outra metade em 1954.

O segundo aumento, pela Lei 1172 de dezembro de 1954, a partir de janeiro de 1955, nas seguintes bases:

Com estes dois aumentos, pequenos em verdade, mas, acredita-se, tenham sido o máximo que pôde o Estado fazer em face da séria dificuldade financeira porque atravessa o erário público, ficaram os vencimentos do pessoal efetivo majorado.

Os diaristas, ou sejam os assalariados, também, foram beneficiados pela lei 1172, com os seguintes aumentos.

Discute-se ainda a aplicação do novo salário mínimo ao pessoal da Universidade Rural. A sua aplicação demandará uma despesa de R\$ 6.000.000,00 que o orçamento não comporta. Além disso refletirá êle no quadro do pessoal efetivo que, de justiça deveria, em todos os padrões das diversas carreiras, ser reajustado na mesma proporção, acarretando um aumento de despesa bastante grande.

Segundo a opinião de advogados especializados, em legislação trabalhista a lei do salário mínimo não se aplica aos nossos diaristas.

Apesar de uma série grande de benefícios que lhes é concedida, e o atual aumento da Lei 1172, a melhor atenção deve ser dada ao assunto, procurando-se, melhorar-lhes os salários.

- SEGURO DE VIDA -

Preocupou-se com a situação dos diaristas que, além

de contarem com o salário baixo, não gozam dos direitos previstos em lei, para os efetivos, não possuindo um meio de garantir suas famílias na eventualidade de virem a falecer. Há na Universidade Rural uma série de diaristas, já velhos, que deram a instituição melhor do seu trabalho e que, muitos deles, não tem a possibilidade de deixarem um abrigo para a esposa e filhos. Há um seguro de vida com a Companhia Sul América, na base de quatro mil cruzeiros para os diaristas e de até R\$ 20.000,00 para os de maiores vencimentos.

Procurou-se estudar junto as Companhias mais importantes, um seguro coletivo. Foram estudados propostas da casa dos Funcionários Públicos de Minas e de três Companhias - "Sul América", "Equitativa" e "Minas Brasil". Pelas seguintes razões principais. 1- Prêmio mais barato, por mil cruzeiros; 2 - Concessão de aposentadoria e pensão por invalidez; 3 - Reversão de 50% dos pagamentos feitos, deduzidos as despesas gerais, a partir do segundo ano de vigência do seguro, deliberou-se entregar o seguro à Companhia "Minas Brasil".

Prevendo-se um seguro de R\$ 50.000,00 para os diaristas e de até R\$ 100.000,00 para outras categorias de vencimentos, acima de R\$ 2.500,00, imaginou-se poder conceder o seguro para os diaristas inteiramente gratuito e para os demais, com uma redução. Isto porque, a partir do segundo ano, a cota recebida dos que ficaram obrigados a pagar os prêmios, mesmo com desconto, dará para custear todo ou quasi todo o seguro, podendo o mesmo ser mantido sem onus, ou quasi sem onus.

Acredita-se que esta medida representa não só uma atitude humana, como também um aumento de vencimentos indireto que visa beneficiar a família dos assalariados.

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA -

Parece que as dotações orçamentárias para 1955 e 1956 ficarão bem melhoradas. Com o crescimento da Universidade Rural, necessidades de várias naturezas irão aparecendo, a exigir cada vez maiores somas. Não somente o recebimento regular das cotas devidas pelo Estado devem merecer especial atenção, mas também o exame continuado de serem pleiteados aumentos de dotações orçamentárias.

Devido a vários fatores, além do referente aos recebimentos com irregularidade e consequentes atrasos nos pagamentos a Contadoria Geral tem, até agora, sido forçada a retardar a organização das prestações de contas para que seja possível, a mais perfeita execução orçamentária dentro do exercício financeiro. Nunca foi pago a Universidade Rural, os juros de acordo com o que determina a lei. Perante a Secretaria das Finanças, quando é feito um pagamento através de documentos a longo ou curto prazo, como é a regra, a qui-

tação do débito é feita na data do recebimento e não de acordo com os vencimentos dos títulos entregues. Cabe ao credor tomar providências para, de qualquer modo, fabricar dinheiro. Isto nem sempre é fácil. Rejeitando os estabelecimentos de crédito as operações na base dos títulos do Estado, fica-se obrigado a descontá-lo com particulares, através de terceiros, na base de 1,5% a 3% ao mês, dependendo da importância e do prazo. As boas relações com estabelecimentos bancários possibilita a aceitação, por eles, de um ou outro título para saques parcelados. Realizou a Universidade Rural operações bancárias nos seguintes estabelecimentos: Bancos Crédito Real, Hipotecário e Agrícola, Mineiro da Produção, Lavoura de Minas Gerais, Belo Horizonte S.A., Cooperativa do Comércio e da Produção, e Caixa Econômica Estadual. No propósito de obter numerário por antecipação, por várias vezes, através dos Bancos menores, conseguiu-se o adiantamento da cota do mês seguinte a se receber em outros Bancos. Sob a responsabilidade individual de quem operava, isto foi feito com o intuito de adiantar o pagamento de pessoal. Por todos estes fatos, sentindo-se o problema de todos aqueles que vivem de ordenado, quasi todos chefes de família, numa época de elevação do custo da vida, foi-se obrigado, a se empenhar todo esforço e tudo se fazer para que ficasse reduzido ao mínimo os atrasos do pessoal sem se prejudicar salientemente a parte material indispensável à Instituição.

A execução orçamentária de todos os anos, de 1950 a 1954, além do que ficou exposto páginas atrás e dos balanços apresentados, pode ser assim sintetizado:

1 - Juros devido pelo Estado de acordo com o que dispõe a Lei 272, de 13 de novembro de 1948 e o Decreto 3.265 de 14 de março de 1950: -

Em 1950	Cr\$ 7.608.584,40	
Em 1951	Cr\$ 12.000.000,00	
Em 1952	Cr\$ 12.000.000,00	
Em 1953	Cr\$ 12.000.000,00	
Em 1954	Cr\$ 12.000.000,00	Cr\$ 55.608.584,40

2 - JUROS RECEBIDOS

Em 1950	Cr\$ 7.608.584,40	
Em 1951	Cr\$ 8.417.505,20	
Em 1952	Cr\$ 9.825.561,30	
Em 1953	Cr\$ 15.970.315,80	
Em 1954	Cr\$ 13.786.617,70	Cr\$ 55.608.584,40

EM RECAPITULAÇÃO

Em 1951	12.000.000,00	8.417.505,20	3.582.494,80
Em 1952	12.000.000,00	9.825.516,30	<u>2.174.438,70</u>
	Recebido a menos		- 5.756.933,50
Em 1953	12.000.000,00	15.970.315,80+	

Em 1954	12.000.000,00	13.786.617,70	<u>1.786.617,70</u>
---------	---------------	---------------	---------------------

É evidente que a situação financeira foi sempre apertada. Apesar de tudo, conseguiu-se fazer com que a Instituição pudesse trabalhar. É forçoso reconhecer-se que, várias realizações foram levadas a cabo como consta deste relatório, em capítulos especiais.

Quando foram iniciados os recebimentos dos juros das apólices, em março de 1950, os vencimentos estavam atrasados de seis meses e havia um débito, a ser pago, de fornecimentos no total superior a $\text{R\$ } 2.500.000,00$.

Neste mesmo ano, quando foi sancionada a lei 657, sobre pessoal retroagindo a partir de janeiro, uma importância de $\text{R\$ }$ relativo a abono de família, teve que ser pago, onerando ainda mais a situação.

Em 1951, os recebimentos em cotas mensais, pela Caixa Econômica Estadual projetaram-se até abril de 1952, resultando um recebimento, durante o exercício, de menos $\text{R\$ } 3.382.494,80$.

Em 1952, verificaram-se dificuldades semelhantes ao ano de 1950 devido ao fato de ter sido recebido parte dos juros em promissórias. Mesmo assim, os atrasos diminuíram, admitindo-se a existência de progresso em vários setores.

Fazia-se tremendo esforço no sentido de, sem prejuízo das atividades gerais da Instituição, diminuir-se as diferenças e os atrasos que oneravam os orçamentos e produziam, como era natural, um mal estar entre os dedicados servidores.

Em 1953, com a maior normalidade, nos recebimentos e o acúmulo das diferenças de 1951 e 1952, também recebida, a situação tendeu para melhor, possibilitando, fossem reduzidas grandemente os atrasos.

A diferença da Lei 858 que atingiu ao pessoal da U.R. vinha desde janeiro de 1954, sendo incorporada aos vencimentos e pagos. Para este pagamento não se havia recebido numerário. Deste modo, novo desequilíbrio verificou-se. Mesmo assim os atrasos eram bem menores. A recuperação só foi possível quando foi concedido crédito especial para este fim, sancionado em lei, nos últimos dias do ano de 1954.

As prestações de contas anuais, levadas a aprova-

ção do Conselho Universitário contaram com grandes atrasos. A documentação encaminhada à Contadoria Geral não possibilitava a organização dos balancetes no devido tempo. A falta de uma pequena seção de contabilidade na E.S.V., produziu, como consequência, atrasos como, documentos de 1950 serem entregues em 1952, de 1951 e 1952 em 1953, de 1953 e de 1954 em fevereiro de 1955.

- PROBLEMAS FINANCEIROS -

Durante a vida da Universidade Rural, desde 1950, grande preocupação tem constituído a regularização dos recebimentos dos juros das apólices que são, praticamente, a única fonte de renda para satisfazer a sua manutenção.

De outro lado, observa-se hoje, por fatores que independeram da boa vontade de quantos pensaram na sua organização, que a dotação prevista é pequena para satisfazer aos anseios de progresso e cobrir a tremenda e assustadora elevação do custo de materiais em geral, muito particularmente no setor de drogas, aparelhos de laboratório e etc. Estes fatores agravados com a irregularidade dos recebimentos, tornou, sem dúvida, mais angustiante a situação financeira que, sómente agora, para 1955, tende a melhorar um pouco, não satisfazendo, ainda assim, as suas reais necessidades.

O propósito, neste capítulo é o de se fazer uma análise deste problema, ano a ano, até 1954. Semestralmente, até 1953 foram feitas demonstrações, ao Conselho Universitário, da situação financeira. Durante todo este tempo, foi grande o esforço de muitos diretores, professores, no sentido de fazer sentir a alta administração do Estado a situação da Universidade Rural. Foram feitos contatos com o senhor Governador, Secretários de Estado e altos funcionários da Contadoria Geral do Estado. Consideram-se uteis estes entendimentos. Prepararam terreno para que se conseguisse uma situação melhor para 1955 e se desenvolvesse uma melhor compreensão das necessidades da U.R.E.M.G.

Quem sentiu as dificuldades financeiras do Estado durante estes anos, em contatos quasi diários com a Secretaria das Finanças, percebendo a verdadeira angustia de outros credores e também o problema bancário da capital mineira, pode afirmar que o conseguido pela Universidade Rural, neste setor, e neste período, foi o máximo possível.

Os primeiros recebimentos feitos em 1950 foram em maio e junho de 1950, com uma dedução de R\$ 4.391.000,00.

Recebeu-se uma parte em cheques marcados, de julho a novembro, e notas promissórias simples de setembro a novembro.

1 - Recebimentos feitos a 31-5-1950

Cheque Nº	15.670	para	17-7-950	-	400.000,00	
"	"	15.671	"	17-8-950	-	400.000,00
"	"	15.672	"	17-9-950	-	400.000,00
"	"	15.673	"	17-10-950	-	400.000,00
"	"	15.674	"	17-11-950	-	<u>400.000,00</u>
						2.000.000,00

2 - Recebimentos feitos em 19-6-1950

Promissória nº	4.314	para	30- 9-950	-	1.608.584,00	
B.C.R.	"	"	4.315	"	30-10-950	- 2.000.000,00
"	"	"	4.316	"	30-11-950	- <u>2.000.000,00</u>
Total						<u>5.608.584,40</u>
						7.608.584,40

Durante êste ano foi imenso o trabalho para se fazer dinheiro com os títulos acima. Tentou-se em todos os estabelecimentos de crédito da capital. Em maio de 1950 ainda não se havia pago, nem aos diaristas, os vencimentos de janeiro. Isto sem se considerar a parte material que já representava um montante superior a \$ 1.500.000,00.

Quando foram recebidos, no último dia de maio, cheques com vencimentos para julho, agosto, setembro, outubro e novembro, a situação era realmente aflitiva.

Praticamente, tôda a atividade era posta a serviço de se regularizar a situação dos pagamentos que, em 1950 contaram com um atraso superior a 6 meses.

Recebeu-se a 19 de julho de 1950 notas promissórias simples, para vencimentos em setembro e novembro de 1950, nos valores de \$ 1.608.584,40, \$ 2.000.000,00 e \$ 2.000.000,00 respectivamente.

Foram também negociados e daí resultou que a importância de \$ 2.620.268,70 só veio a ser recebido em 1951.

As operações bancárias foram feitas através dos Bancos Mineiro da Produção, Crédito Real, Lavoura e Hipotecário e Agrícola, todos em Belo Horizonte.

Junto ao Banco Crédito Real e ao Banco do Brasil, foi tentado uma conta corrente, com saques mensais no total do duodécimo a que tinha direito a U.R. Nisto foram empenhadas todas as relações de pessoas importantes, inclusive rádios e telegramas dos fazendeiros de 1950.

Para possibilitar esta operação a Universidade Rural oferecia a cautela das apólices no total de \$ 150.000.000,00 e dava uma procuração ao Banco para efetuar os recebimentos dos juros junto à Secretaria das Finanças.

Apesar de repetidos entendimentos pessoais e por

ofício, inclusive pedido de terceiros, não logrou resultado.

1951

Em maio de 1951, após longos e demorados entendimentos, conseguiu-se que os recebimentos fossem feitos através da Caixa Econômica Estadual. Continuava-se com longos e penosos atrasos de pagamentos.

Os saques eram feitos em cotas mensais. Com esta providência, sentia-se a possibilidade de reduzirem-se atrasos de pagamento.

Ainda pela Caixa Econômica Estadual, a longo prazo, foi recebido a segunda parcela de juros, em outubro de 1951, em cotas mensais que se prolongaram até abril de 1952.

Na realidade, durante este ano foi recebida, a importância, sem serem considerados os descontos de R\$ 8.500.000,00.

A prestação de contas deste ano, apresentada e aprovada pelo Conselho Universitário oferecia, para o ano de 1952, melhores expectativas. Diminui-se o deficit relativo a material, verificando-se um débito de R\$ e de documentos pagos, para comprovação no exercício seguinte, no total de

Deve-se acrescentar que, não tendo sido expressa a lei 657, sobre o pessoal da Universidade Rural, no que se refere incidência do abono de 7% sobre os vencimentos decretados, ficou a Universidade Rural sobrecarregada com esta diferença a ser paga no montante de R\$

1952

A primeira cota de juros só veio a ser recebida a 21 de maio de 1952 através de documentos contra a Caixa Econômica Estadual com vencimentos mensais a partir de 12 de junho até 12 de outubro, em parcelas mensais de R\$ 900.000,00.

O trabalho, este ano, não foi menor no sentido de se verificar a possibilidade de recebimentos regulares. Só desta maneira seria possível a vida financeira normal da Instituição que vinha sofrendo, a esta altura, a consequência da tremenda elevação do custo das utilidades. O que pareceu bem em 1950 e 1951, já não era em 1952.

A situação do erário público parecia agravar-se com tremendas dificuldades de numerário. A Universidade Rural sofreu inevitavelmente o reflexo desta situação. Assim é que o atraso do recebimento dos juros de 1952, decorria também do fato de que só em abril foi recebida a última cota de 1951.

Apesar de todos os contratempos, a vida da Instituição, prejudicada em muitos pontos, não sofreu solução de continuidade. As operações bancárias foram feitas através dos Bancos Mineiro da Produção, Crédito Real e Hipotecário e Agrícola.

Parte dos juros referentes a 1952, no total de R\$ 7.500.000,00 foi recebida através dos Bancos Crédito Real, Mineiro da Produção e Hipotecário e Agrícola em seis cotas mensais que somente vieram terminar em fevereiro, junho e julho de 1953.

1953

Em fevereiro de 1953 recebeu-se a primeira cota de juros através de 60 promissórias de 75.000 cruzeiros e 30 de 50.000 cruzeiros, para vencimento até julho.

A segunda parte dos juros, foi recebida através dos Bancos Mineiro da Produção e Hipotecário e Agrícola, em cotas mensais de R\$ 500.000,00 que vieram a terminar em 1954.

É evidente que somados os onus advindos de 1949 para 1950, os atrasos a serem resgatados provenientes do abono de família, direito dado pela Lei 657, a diferença a ser paga, durante o ano de 1950 entre o vencimento velho e o da Lei 657 que, sancionado a 20 de novembro de 1950, retroagir até janeiro do mesmo ano, os atrasos de pagamento dos vencimentos, acrescido da dificuldade de se fazer numerário com os recebimentos a prazo mais ou menos longos ou sujeitos a esquemas mensais, tenha a Universidade Rural vivido as mais sérias dificuldades no setor financeiro.

Não fossem as boas relações pessoais da Universidade Rural, facilitando operações a curto prazo e de favor em saques a descoberto nos bancos da capital, é de se admitir que teria sido muito mais difícil a solução deste problema.

Em 1954

Os recebimentos tornaram-se mais regulares. Através dos Bancos Mineiro da Produção S.A. e Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, redebeu-se a cota mensal de R\$ 500.000,00 em cada um. Esta operação teve início em março de 1954.

Ainda assim, quando havia a possibilidade de se regularizarem os pagamentos, surge o fato de que o aumento de vencimentos concedido pela Lei 858, ao funcionalismo público estadual, e que atingiu ao pessoal da Universidade Rural, por força de dispositivo legal, foi pago sem que para tanto se houvesse recebido numerário. Ainda assim os atrasos foram muito menores do que nos outros anos.

Para o pagamento da diferença do aumento concedido pela lei 858, em 1952 e 1953, devido pela Universidade Rural, foi

conseguido um crédito especial de R\$ 3.001.428,00, que foi recebido em cotas mensais de R\$ 300.000,00, até outubro de 1954 através do Banco Comércio e Indústria.

Assim foi que, as diferenças dos aumentos relativos de 1952 e 1953 foram pagos parceladamente, em folha a parte, e o mesmo aumento, em 1954, incluído nos vencimentos. Durante este ano, somente para pessoal, a importância exigida mensalmente montava a R\$ 922.309,70. Pode-se avaliar bem a séria dificuldade financeira para se manter o menor atraso de vencimentos e saldar pequenos compromissos de material. Era forçoso que o débito relativo a material subisse. Considerando-se ainda o fato da existência de despesas como por exemplo, viagens de professores a exigir, em curto prazo, somas que eram superiores ao saldo mensal, deduzido o pagamento de pessoal. Foi positivamente um ano difícil. Apesar da compressão de despesas, com prejuízos algumas vezes para as unidades, foi o ano de maiores aperturas até então. Contudo, os diaristas foram pagos em dia e os outros vencimentos não tiveram atraso superior a 3 meses.

Foram recuperados, grandemente, os atrasos iniciais que chegaram a ser de 6 meses.

Felizmente, providências foram tomadas, tendo-se conseguido, após demorados entendimentos e grande trabalho, novo crédito especial em fins de 1954 que veio minorar a situação e, também, uma emenda ao orçamento que virá suavizar o problema financeiro do exercício de 1955.

- LABORATÓRIO DE ECONOMIA RURAL -

Merece ser mencionado neste relatório a organização do "Sítio da Economia". Constitue ele verdadeiro laboratório onde a condução dos trabalhos oferecerá não somente magnífico material didático como provorá os resultados econômicos de uma propriedade rural com a área média da região. A Reitoria tem oferecido todo apoio ao Departamento de Economia Rural neste excelente trabalho.

- CONSTRUÇÕES DE CASAS E EDIFÍCIOS A CARGO DO ESTADO -

A Lei 272, de 13/XI/1948, estabeleceu em seu artigo 11: "Para completar a instalação e aparelhamento da Universidade, o Governo despenderá até a importância de R\$ 15.000.000,00, em três parcelas anuais iguais".

Em face deste dispositivo legal, foram iniciados os trabalhos para as seguintes construções:

- 1 - Residência para professores
- 2 - Prédio de Química

3 - Prédio para a Escola Superior de Veterinária.

A elaboração das plantas contou com a colaboração de vários diretores e professores. Foram as obras postas em concorrência pelo Estado. O Sr. Jacó Lopes de Castro, instado pelo Sr. Secretário de então, foi o único licitante à segunda concorrência aberta para a construção das residências para professores.

Foram construídas em 1950 e 1951, passando logo a ser habitadas.

Deve ser salientado o espírito de boa vontade do empreiteiro, em face de um orçamento apertado, sem reajustamento de preços.

Coube à Universidade Rural fazer as redes de eletricidade, de esgoto e água. Este serviço compreendeu um total de 1650 metros de esgoto, 2.500 metros de canos de 4 polegadas e de outras dimensões e 200 metros de rede elétrica.

- PRÉDIO PARA ANATOMIA E HOSPITAL VETERINÁRIO -

A concorrência para a construção deste edifício foi arrematada pela firma "SOREMG LTDA".

As obras foram iniciadas, antes mesmo da assinatura do contrato, por terem os construtores atendido aos apelos que lhes foram feitos. Logo após a primeira medição, os empreiteiros paralizaram a construção, devido as dificuldades no recebimento da Secretaria das Finanças. Tudo tem sido feito para possibilitar a continuação dos trabalhos, mas, apesar da boa vontade dos construtores, não se encontrou ainda uma fórmula que permita esse reinício.

Com estes esclarecimentos, tem-se o propósito de, resumidamente, informar a situação atual das obras. Para serem e las reiniciadas, será bastante que se encontre uma maneira de se garantir aos construtores o pagamento com o menor atraso possível, por parte do Estado.

Tem-se estudado várias modalidades sem se lograr êxito.

- PRÉDIO PARA A QUÍMICA -

Esta também é uma obra sob a responsabilidade do Governo. Aberta a concorrência em 195 , ganhou-a a firma "Construtora Ipiranga Ltda", de Belo Horizonte. Seu orçamento inicial foi de

. Dado o vertiginoso aumento dos preços e em face da data em que foi feito o orçamento, concordou o Estado em um reajustamento no mesmo. Posteriormente, pelos mesmos motivos e ainda em face do novo salário mínimo, foi concedido um segundo reajustamento, estando a obra, atualmente, orçada em

Os trabalhos foram atacados, parализando-se à altura do segundo pavimento. Motivou isso o atraso do pagamento das medições pela Secretaria das Finanças. Tudo tem sido feito no sentido de ser o serviço reiniciado. Operações bancárias foram tentadas, em Belo Horizonte e no Rio. As taxas solicitadas eram proibitivas e o financiamento não foi feito. Estes entendimentos contavam com a autorização da Secretaria das Finanças.

- CAPELANIA -

Houve por bem o Sr. Arcebispo de Mariana, Sr. D. Helvécio Gomes de Oliveira, permitir que a UREMG contasse com um Capelão para ministrar assistência religiosa à Instituição. A escolha recaiu na pessoa do Padre Antonio Mendes que, com a aprovação do Conselho Universitário, iniciou suas atividades em maio de 1950. Sacerdote culto, dedicado e empreendedor, serviu como Secretário Geral da UREMG, após algum tempo de serviço como Bibliotecário, e vem colaborando no ensino, na ESA e ESCD.

Inaugurou a capela provisória da Universidade Rural em 13 de maio de 1951 e seu trabalho tem sido o mais eficiente.

É pensamento aceito o de se construir, em terreno da Universidade, uma capela própria e definitiva, sem ônus para a Universidade Rural.

- REUNIÃO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA -

Com o propósito de se realizar um estudo conjunto da situação do ensino da Agronomia e da Veterinária, promoveu-se, em Viçosa, a primeira reunião de diretores. Iniciou-se ela a 28 de agosto de 1951, com o comparecimento dos seguintes diretores:

1 - Dr. Aurélio Augusto da Rocha, diretor da Escola Nacional de Agronomia.

2 - Dr. Teodoro Lima de Araujo, diretor da Escola de Veterinária da Universidade de São Paulo.

3 - Dr. Arlindo Loiola de Camargo, diretor das Escolas de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná.

4 - Dr. Lúcio G. Veloso, representante das Congregações das Escolas de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná.

5 - Dr. Prisco Bezerra, diretor da Escola de Agronomia do Ceará.

6 - Dr. Joaquim Moreira, diretor da Escola de Agronomia do Estado da Paraíba.

7 - Dr. John Wheelock, diretor da Escola de Agronomia de Lavras.

8 - Dr. Joaquim Matoso, diretor da Escola de Agronomia da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

9 - Dr. Leônidas Machado Magalhães, diretor da Escola Superior de Veterinária da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

Logrou esta reunião o seu grande objetivo que foi despertar o interesse dos senhores diretores para os problemas do ensino e sua unificação. Necessidade que tardava à espera da primeira iniciativa. Nesta reunião foram discutidos problemas de mais alta significação para o ensino. Ficou deliberado que outras reuniões deveriam verificar-se, em sistema de rodízio, nas sedes das várias Escolas do País. Caberia ao Diretor da Escola, onde ficasse deliberado fazer-se a reunião, a convocação dos demais diretores.

Foi resolvido que a segunda reunião se verificasse no "Quilômetro 47", Universidade Rural do Brasil, tendo como coordenador o Dr. Aurélio Rocha, diretor da ENA. Assim é que a segunda reunião se verificou a 6 de fevereiro de 1952 e contou com o comparecimento de 14 diretores de Escolas de Agronomia e de Veterinária, além do Sr. Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário e seus auxiliares, Diretor Geral do CNEPA, adido agrícola americano e outras pessoas ligadas ao ensino de Agronomia e Veterinária.

Resolveu-se que a terceira reunião fôsse em S. Paulo, a cargo do Diretor da Escola de Veterinária. Infelizmente, até o momento, não foi convocada a terceira reunião. Julga-se que estas reuniões devem ser continuadas porque têm, realmente, o maior interesse para o ensino agrônômico e veterinário do País.

- TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA SUPERIOR DE VETERINÁRIA PARA VIÇOSA -

A lei nº 272, de 13 de novembro de 1948, diz em seu artigo 2º, § 2º: "Fica incorporada à Universidade Rural a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais que será transferida desta Capital para Viçosa, no início de 1950, devendo ser feitas em 1949 as construções indispensáveis ao seu funcionamento na nova sede".

Texto legal difícil de ser cumprido. Como é natural, tal providência condiciona-se a certas construções que possam oferecer à ESV condições de se instalar na sede da UREMG.

O Governo de Minas solicitou à Reitoria, em 1949, providências para que a transferência se efetivasse, iniciando-se os trabalhos escolares, em Viçosa, no ano seguinte. Explicações foram oferecidas mostrando a impraticabilidade da medida.

O Instituto Ezequiel Dias vem solicitando a parte do prédio onde funciona a ESV, em Belo Horizonte. Difícil será poder atender-se. Onde funcionará a ESV? Não possui a Universidade Rural recursos para adquirir terreno próprio e nem para construir a sede da ESV.

Com a colaboração do Departamento de Produção Animal, tem sido possível sua expansão, adaptando pavilhões que se transformam em laboratórios eficientes. E expressão do Diretor Leônidas Machado Magalhães, acabando de regressar de uma viagem pela América do Sul: "Em nenhuma Universidade ou Escola visitada encontrei melhores instalações do que as da ESV".

Entende-se que sua transferência só deve ser posta quando, em Viçosa, houver possibilidade de espaço, ainda que mínimo, para permitir sua instalação.

- AUXÍLIO DO CONSELHO NACIONAL E PESQUISAS -

Foram solicitados vários auxílios ao C.N.P. Alguns auxílios para viagens foram atendidos. Dois processos foram encaminhados. Receberam os números 1953/53 e 238/53. Entendimentos foram feitos por vários professores e pela Reitoria no sentido de se acelerar o andamento dos referidos processos. Através do Dr. José Geraldo Teixeira, chefe do Escritório do Governo Mineiro no Rio, constantes solicitações foram encaminhadas. Acredita-se que, devido à situação financeira que atravessava aquela organização, não lograram êxito os pedidos feitos. Soube-se que os processos referentes a auxílios da mesma natureza a várias instituições do País tiveram a mesma sorte negativa dos da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

Sem dúvida, é uma fonte de auxílio que não deve ser desprezada. Novos planos e novos pedidos devem ser apresentados. Com as atuais preocupações daquela organização, a política de auxílio foi alterada. Isto porque as atenções do C.N.P. estão voltadas para os estudos atômicos e para os grandes compromissos assumidos no País e no estrangeiro.

- DOAÇÃO DA "ROCKEFELLER FOUNDATION" -

Em 1952, com a visita feita à Universidade Rural pelo Dr. Harry Miller, foi conseguida uma doação de U.S. 30.000,00. Esta doação foi distribuída pelas Unidades, Escolas Superiores de Agricultura e de Veterinária, pelo Conselho Universitário.

Foi, inegavelmente, uma bela doação. A importância desta foi transformada em material adquirido nos Estados Unidos pela própria Fundação Rockefeller, de acordo com as solicitações feitas pelas respectivas diretorias.

Em 1953, foi obtida outra doação de U.S. 30.000,00, com especificação de serem cinco mil dólares para a biblioteca da E.S.A. e vinte e cinco mil para a Escola de Ciências Domésticas. Esta doação está sendo utilizada até hoje.

Tem-se aplicado esforço no sentido de que novas doações sejam conseguidas. Várias instituições brasileiras têm recebido auxílios apreciáveis. Considera-se ponto de capital importância a manutenção de relações cada vez melhores e mais estreitas com os diretores da "Rockefeller Foundation", evitando-se entendimentos pessoais isolados, com pretensões individualistas ou em sentido unilateral.

- OUTRAS DOAÇÕES -

Outras doações de menor porte verificaram-se durante estes anos:

- 1 - Uma caldeira usada, em ótimas condições, doada pela Secretaria da Agricultura.
- 2 - Uma chocadeira "Buchie", com capacidade para 30.000 ovos, doada pela Secretaria da Agricultura.
- 3 - Um caminhão Federal usado, doado pela Secretaria da Agricultura.
- 4 - Um trator Ford, com implementos, doado pela Firma Vemag Ltda.
- 5 - Uma verba especial de \$ 600.000,00 para compra de animais doada pelo acordo do Serviço de Fomento Animal entre o Estado de Minas e o Ministério da Agricultura.
- 6 - Uma plaina pequena, doada pelo Diretor do Instituto Agrônômico.
- 7 - Uma serra circular conjugada com tupia, doada pelo acordo do Serviço Fomento Vegetal entre o Estado de Minas e o Ministério da Agricultura.
- 8 - Uma picadeira de forragem, doada pela Firma "Stefani Ltda"., de Araxá.
- 9 - Uma doação em dólares U.S. 300,00, pela Associação de Senhoras dos Clubes do Serviço de Extensão de Indiana.
- 10 - Uma doação de U.S. 200,00, por Miss Katterina Williams, assistente técnica de Economia Doméstica do E.T.A.
- 11 - Uma turbina "Francis", doação da Secretaria da Agricultura.

Parece que começa a se desenvolver a política, em alta escala existente em outros países, das doações a estabelecimentos de ensino.

Tem a Universidade Rural feito tentativas, pe-

dindo a várias entidades, firmas comerciais, organizações, cousas de grande utilidade a suas Unidades.

Deve ser declarado e elogiado o esforço de pessoas que se empenharam no sentido de se obterem estas doações. Deve ser citado o nome do Prof. Maurício Ribeiro Gomes a quem ficou a ESA a dever a doação feita pelo acôrdo do Fomento Animal com o Ministério da Agricultura.

- ACÔRDOS CELEBRADOS -

Foram levados a efeito dois acordos, sendo que um dêles foi estudado para prorrogação do que existia com a Universidade de Purdue.

1 - Durante o período de Governo do Presidente Truman, com a política de boa vizinhança que se desenvolvia através de acordos internacionais do chamado "Ponto 4", foi a Universidade Rural beneficiada com a assistência de técnicos americanos, com o propósito de dar orientação ao Serviço de Extensão e à Escola de Ciências Domésticas. Em princípios de 1954, foi estudada a reforma dêste acôrdo. Procurou-se tirar o maior proveito, em face da nova orientação dada pelo E.T.A. (Escritório Técnico de Agricultura), órgão que veio substituir a política até então mantida pelo chamado "Ponto 4". As bases foram as seguintes:

- 1 - Fornecimento de técnicos (3) para a Escola de Ciências Domésticas.
- 2 - Fornecimento temporário de técnicos em Serviço de Extensão e de Experimentação.
- 3 - Facilidades de importação de material através do E.T.A., de acôrdo com o que lhe é concedido por convênio internacional.
- 4 - Verbas, em dólares de U.S. 12.000,00, para serem utilizadas pela U.R. em compra de material a ser importado.
- 5 - Assistência, quando solicitada, à U.R., por técnico do E.T.A.

As obrigações da U.R. são as que ela tem, normalmente, além de possibilitar um mínimo aos técnicos para que possam trabalhar.

Considera-se vantajoso o acôrdo que, até êste momento, pelo que estamos informados, não foi ainda aprovado pela alta administração, em Washington.

2 - O acôrdo com a ACAR não logrou entrar em execução, principalmente, pela dificuldade de verbas a serem entregues, através de crédito especial, pelo Estado de Minas Gerais.

Seria, sem dúvida, uma modalidade de oferecer maior atividade ao S. E., além da grande utilidade de treinar um órgão, em Minas, que ficasse capacitado a substituir aquela organização, quando se findar o acôrdo que mantém com o Governo Mineiro.

- TENTATIVAS DE OUTROS ACORDOS -

1 - Com o Banco do Brasil:

Buscando oferecer maior campo de ação ao S.E., entrou-se em entendimentos com a gerência do Banco do Brasil, em Belo Horizonte, no sentido de possibilitar o serviço de crédito agrícola, através do S.E. Os entendimentos levados a efeito, dadas as dificuldades encontradas, não chegaram ainda a uma fórmula segura para análise do Conselho Universitário.

2 - Com o Ministério da Agricultura e com a Secretaria da Agricultura.

O Serviço de Extensão é uma idéia nova, no País, com que se procura substituir os chamados fomentos. Julga-se que o acertado seria a encampação de todos os serviços de fomento federais e estaduais, sob direção única, constituindo o Serviço de Extensão. No momento atual, verifica-se pequeno rendimento de serviço e um desperdício de energia humana, técnicos, pequena eficiência no aproveitamento de verbas e material existente.

Desenvolve-se o regime de acôrdo com a União, criando dualidade de serviços, acentuando a dispersão de verbas e energia humana, quer no setor administrativo, quer no técnico. A obra de extensão deve caber ao Estado. O papel do Governo Federal deve compreender 3 pontos essenciais: normativo, supletivo e fiscalizador.

Conversações têm sido mantidas neste particular. Foi iniciado um entendimento no sentido de que a Zona da Mata pudesse ser o ponto inicial e experimental de um programa, sob a chefia da U.R. Infelizmente, mudanças frequentes de chefias e da alta administração prejudicaram as conversações a este respeito. Não se imagine ser fácil conseguir-se isso. Há vários interesses a serem conciliados e a vaidade humana cria sérios obstáculos. É, no entanto, um trabalho importante que, com tenacidades e perseverança, poderá lograr êxito.

- REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO -

Foram realizadas reuniões do Conselho Universitário. Constituído, como manda a lei, suas reuniões, a cada ano, eram melhoradas e aperfeiçoavam-se os processos de trabalho, aumen

tando-se assim o rendimento das sessões.

Os assuntos encaminhados ao Conselho Universitário e de sua alçada sempre mereceram a melhor atenção dos senhores conselheiros, que os apreciavam com absoluta e inteira liberdade, sem que, sobre as resoluções tomadas, houvesse qualquer influência indevida.

Tem o Reitor a honra de declarar que, na presidência do Conselho, nunca exerceu qualquer influência sobre os assuntos em pauta. Procurou sempre informar e esclarecer, tendo em vista os mais altos interesses da Instituição para o julgamento dos senhores conselheiros.

- FEDERALIZAÇÃO -

Sem que fôsse consultada, viu-se a Escola Superior de Agricultura incluída no projeto de lei 1254, de 4 de dezembro de 1950. Conhecido o assunto, foi esclarecido ao legislador que, por lei estadual, era a ESA, já naquele tempo, uma das Unidades da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, criada pela lei nº 272.

A época dêste esclarecimento, já o referido projeto estava em fase em que não mais poderia sofrer emendas. Foi possível tão somente alterar o nome da Escola Superior de Agricultura para Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Fique claro que essa federalização fôra feita, sem consulta prévia ao Governo de Minas. É evidente que as condições da federalização, desta forma, eram precaríssimas, em face das necessidades de toda a Universidade Rural, mesmo naquela época.

Transformado em lei o projeto, foi o assunto debatido, várias vezes, no Conselho Universitário, tendo sido objeto de parecer jurídico do então advogado geral do Estado, Dr. Darcy Bessone.

Decidida no Conselho, por voto de qualidade, a não aceitação da federalização, procurou-se o apôio do Governador do Estado que em ofício aos senhores Ministros da Educação e da Agricultura, ofereceu a palavra do Governo, não aceitando também a federalização.

Procurou-se, logo a seguir, substituir a federalização por subvenção federal. Exposta a idéia ao Senador Bernardes Filho, foi ela, imediatamente aceita. É de sua autoria o projeto nº 3.903/953 que, em seguida, tramitou pela Câmara Federal, originado que foi do Senado.

Incalculável foi o trabalho realizado para se dar velocidade ao curso dêsse projeto. Contou-se com a colaboração de vários deputados e pessoas amigas, credoras da mais sincera admiração e gratidão, pelo interesse por êste assunto demonstrado.

Vários tropeços encontrou o projeto 3.903. Acidentes que independentemente de qualquer vontade, foram decisivos no retardamento do caminhar do projeto pelo Palácio Tiradentes. Em 1953, a crise político-militar que abalou a Nação, as eleições de 3 de outubro, a votação urgente da lei de meios, principalmente, êstes três fatos fizeram com o que o legislativo federal não tivesse, por vários meses, seu funcionamento regular, dedicando-se mais aos problemas maiores, com os citados e outros, deixando à margem da pauta casos como o da Universidade.

Em novembro de 1953, quando o projeto foi aprovado em última discussão, na Câmara Federal, foi feita solicitação de apôio, por ofícios e cartas particulares, a tôda a bancada mineira e a vários amigos da Universidade Rural, para que o assunto pudesse ser realmente acelerado.

Grande atenção se deu sempre ao andamento do projeto. Para isso pleiteou-se até a mudança de relator na Comissão de Finanças. O projeto, em novembro de 1954, foi perdido e teve que ser, inteiramente, recomposto.

Finalmente, no dia 28 de abril de 1955, o Sr. Presidente da República sancionou a Lei nº 2.470 que desfederalizou a Universidade Rural e que a subvencionou, anualmente, com quantia nunca inferior a 9 (nove) milhões de cruzeiros.

Deve-se gratidão a muitos homens públicos, a vários professores dos quadros da U.R. e a inúmeros amigos que foram incansáveis, em dedicação e boa vontade, no sentido de ajudar a prestigiar a justa pretensão da Universidade Rural.

É possível que esta nova verba suavize bem a tremenda apertura financeira em que tem vivido a Universidade Rural, nesses tempos ominosos para qualquer instituição.

- ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS -

Em janeiro de 1952, aguardava-se a chegada de uma técnica americana e a Universidade Rural, em colaboração com a ACAR, oferecia um curso intensivo a um grupo de moças e técnicos. Cada vez mais se fixava a idéia de se iniciarem os cursos da ESCD, criada pela lei 272, como uma das Unidades da Universidade Rural. Foram iniciados os primeiros passos nesse sentido, elaborando-se programas, currículo, fazendo-se adaptações na casa que serviu de residência ao Dr. P.H. Rolfs. Buscou-se encon-

trar uma brasileira que pudesse ser a diretora, uma vez que contá vamos com a orientação técnica de uma americana e era animadora a experiência do curso intensivo realizado para a ACAR. Foi convi dada a D. Lidimanha atualmente, diretora da Escola Normal Rural de Conselheiro Mata, que não poude aceitar. Procurou-se a orien tação de D. Helena Antipof que, após inteirar-se dos propósitos da Universidade, indicou uma de suas auxiliares, Professora Benedita Melo, inspetora de ensino da Secretaria da Educação. Feitos os entendimentos pessoais e após ter aquela senhora visitado a Insti tuição, resolveu ela aceitar a incumbência. Assumiu o cargo em julho de 1952, tendo sua nomeação sido feita, em comissão e sem perda de vencimentos, pelo Sr. Governador do Estado.

Ficou resolvido que o primeiro curso teria início em agosto de 1952, com um período curto de férias, em dezembro, e o seu término seria a 1ª de março de 1953, quando o segundo seria iniciado em época normal. Foi assim que se deu início à ESCD. Em 1953, a comissão - Miss Anita Dickson, Dr. Joaquim Matoso, D. Benedita Melo e Joaquim Fernandes Braga por delegação superior do Conselho Universitário, ficou assentado o início do Curso Superior com o aproveitamento de tôdas as alunas que tivessem, além do cur so de colégio ou equivalente, o curso de um ano.

Durante o primeiro ano e parte do segundo (1952-53), a Escola, apesar das inúmeras dificuldades imagináveis em uma ins tituição que se inicia, funcionou bem. Durante o ano de 1953, grandes dificuldades tiveram de ser vencidas. Não foi um ano ani mador.

Chamada a colaborar mais de perto com D. Helena An tipoff e em face de uma viagem à Europa, a Professora Benedita Me lo deixou a direção da ESCD, em fins de fevereiro de 1954. A rei toria solicitou à Congregação da ESCD a indicação de um nome que a substituisse como diretora até a sua designação de acôrdo com a lei. Cumpru-se assim o pensamento e resolução do Conselho Uni- versitário. A indicação da Congregação recaiu na professora Maria das Dôres de Carvalho Ferreira que foi, logo a seguir, designada pela Reitoria. O ano de 1954 foi, sem nenhum favor, o melhor da ESCD. Convém deixar aqui os melhores encômios à Diretora designa da, por sua energia, sua habilidade e diplomacia na condução dos trabalhos da ESCD. A ela se deve o sucesso de 1954.

Durante o ano de 1954, no dia 9 de maio, foi inau gurada a adaptação rústica feita no prédio que servia ao almoxari- fado geral. Neste local, funcionam hoje Diretoria, Secretaria e grande maioria das aulas. Tôdas as providências foram tomadas pa ra que, com a máxima economia e valendo-se da autorização prévia

e geral do Conselho Universitário, a vida naquela Unidade fôsse a mais normal possível.

Sem dúvida, a ESCD foi a sala de visitas da Universidade Rural e é de se esperar grande futuro para essa Unidade.

Além dos cursos de um ano e superior, foi criado o curso técnico, de três anos, para as moças que tenham concluído o curso ginásial.

Um dos maiores problemas da ESCD tem sido arranjar professores especializados e com curso superior. É coisa nova no País. Por outro lado, também, cuidado especial tem havido, desde o princípio, na seleção do pessoal docente. As matérias estudadas para os currículos dos vários cursos, durante os vários anos, são, em resumo, as seguintes:

- 1 - Puericultura - Dado por enfermeira diplomada.
- 2 - Nutrição - Preparo de alimentos. Planejamento e preparo de refeições. Economia dos alimentos. Indústrias caseiras. Preparo de alimentos em quantidade. Problemas especiais de Nutrição, Dietética e Culinária especial. São cursos dados e supervisionados por Técnica com título de nível superior.
- 3 - Vestuário - Desenho. Problemas especiais de vestuário. Tecidos e fazendas. Alfaiataria. Cortes e Moldes. Decoração do Lar. Artes aplicadas. Administração da casa. Todos são cursos dados e supervisionados por técnica com título de nível superior.
- 4 - Pesquisas bibliográficas. Arte de falar em público. Ética profissional. Matérias ilustrativas e educativas. Método e prática do ensino em Economia Doméstica. Psicologia. Química. Matemática. Zootecnia. Jardinocultura e Floricultura. Bacteriologia. Literatura Brasileira. Inglês. Sociologia. Contabilidade doméstica. Botânica. São todos cursos ministrados por vários professores em colaboração com os vários departamentos da ESA.

Há na ESCD vários professores contratados, que vêm sendo supervisionados por técnicos com título de nível superior, apesar de possuírem, além do curso normal, um curso de Economia Doméstica e terem sido, algumas, oportunidade de viagem de estudos ao estrangeiro.

Com o que ficou acima, deseja-se concluir pelo acerto e o cuidado com que vêm sendo conduzidos os trabalhos na ESCD.

- TÉCNICAS AMERICANAS -

Deseja-se mencionar, nesta oportunidade, a colaboração das técnicas americanas com exercício junto à ESCD. A primeira, Miss Anita Dickson. B.S. e M.A. pelas Universidades de Missouri e Columbia, respectivamente, está em Viçosa, desde fevereiro de 1952. Orientadora da ESCD, é elemento precioso, graças ao qual muito se tem podido realizar. Fala e entende bem o português, tendo-se adaptado bem ao nosso meio. Saliente-se sua grande capacidade de trabalho e de empreendimento, bem como sua habilidade no trato com todos.

Em novembro de 1953, recebeu a ESCD a segunda Técnica americana, D. Catherine S. Betherine, B.S. e M.S. pela Universidade de Purdue. Já é capaz de se expressar em português e de entendê-lo e seus trabalhos têm sido intensos e de grande proveito para a Escola.

Outra técnica que prestou serviços, como eficiente professora da ESCD, por um período de seis meses no primeiro curso, foi Miss Ernestina Cotta.

Deve-se salientar aqui a importância do aprendizado da língua portuguesa. Isto tem concorrido para que os técnicos americanos permaneçam, por um período mais ou menos longo, entregues, somente a êsse mistério, e não raro, quando se encontram em melhores condições de prestar serviços, regressam. Disso se conclui pela necessidade de a Universidade Rural pleitear permanência mais longa aqui dos elementos que provarem eficiência.

Com a nomeação do Prof. José Maria Pompeu Memória, a 10 de setembro de 1952, passou o S.E.P. a ter vida oficial. Antes, desde abril de 1951, vinha o Prof. Memória, por solicitação da Reitoria, trabalhando na sua organização. Deve-se declarar que o Prof. Memória se houve com habilidade no desempenho da atribuição que lhe foi confiada. Infelizmente, por razões conhecidas, foi autorizado a exercer suas atividades junto à Secretaria da Agricultura, em Belo Horizonte.

Os trabalhos iniciados têm sido continuados pelos senhores professores, por iniciativa própria.

Várias demarches têm sido feitas no sentido de se conseguir um técnico para o Serviço de Experimentação e Pesquisa. Vários nomes foram cogitados.

Foi feita também a indicação de um professor da ESA que regressou aos Estados Unidos para a conquista do título de Ph. D.

Assim, continua vaga a chefia do Serviço de Experimentação e Pesquisa.

- SERVIÇO DE EXTENSÃO -

Este Serviço tem uma das mais altas responsabilidades. O seu trabalho é de execução delicada e onerosa. Por várias razões, pessoal, verba, condução e etc., não atingiu êle a fase de produção desejada.

A assistência direta ao agricultor necessita ser intensificada e, mesmo com a precariedade atual, a sua atividade será aumentada em 1955.

Merecem destaque algumas realizações dêste Serviço que resumidamente comenta-se a seguir.

Aproveitando-se os domingos foram realizadas algumas reuniões com fazendeiros em várias localidades, como: Coimbra, Ervália, S. Miguel do Anta e Silvestre, tendo tido o seguinte movimento:

Professores - 27 - contando alunos do 4º ano de Agronomia da ESA.

Total de Presenças - 642 pessoas

Demonstrações realizadas - 20 aulas

Total de reuniões - 4

- TÉCNICO AMERICANO -

Contou o Serviço de Extensão, em 1952 e 1953 com a colaboração de um técnico Americano.

Dado principalmente as dificuldades na aprendizagem de nossa língua e a adaptação as nossas condições, não foram as suas atividades tão proveitosas como se esperava. O Mister O. V. Winks esteve em Viçosa, de março de 1952 a novembro de 1953.

- SEMANA DO FAZENDEIRO -

Desde 1929 vem a Semana do Fazendeiro sendo organizada. Sofreu ela, durante êste período várias modificações.

A mais recente, em 1954, foi a de não se admitir pessoas do sexo feminino. Esta separação trouxe, não há negar, grandes vantagens. As senhoras, durante êste período, em número que vinha crescendo cada ano, traziam uma série de dificuldades e preocupações à administração, sem poder oferecer a elas, inclusive professoras rurais, a atenção que os seus problemas merecem.

Uma outra inovação que pode ser considerada digna de menção foi organização de exposição de "máquinas e produtos agrícolas" que se verifica desde 1953.

A Semana do Fazendeiro é uma organização que necessita transformações. Não deve interessar tanto o número de agricultores. É necessário que as invocações procurem fazer com que o a-

agricultor fique obrigado, de certo modo, a usar o que aprender. Será altamente conveniente que além das exigências já estabelecidas para a matrícula, outras sejam estudadas. É de se desejar maior interesse por parte de todos os professores, não só no preparo do material de aulas como na solidariedade total a estes movimentos que são de interesse de todas as Unidades.

- QUADRO DO MOVIMENTO GERAL DAS 5 ÚLTIMAS SEMANAS
DOS FAZENDEIROS -

	1950	1951	1952	1953	1954
Nº de fazendeiros que compareceram	1.289	1.581	1.963	2.721	1.242
Nº de fazendeiros internos	818	1.128	1.298	1.951	965
Nº de fazendeiros semi-internos	385	390	587	590	160
Nº de fazendeiros externos	86	63	78	180	117
Nº de cursos diferentes	79	82	79	112	72
Nº de aulas	194	194	192	251	165
Nº de professores	39	44	43	82	47
Nº de horas de aulas				340h10'	256h10'
Nº de presenças às aulas	7.163	9.231	10.241	13.834	6.772
Nº de Estados representados	6	7	7	8	7
Nº de Municípios representados	124	138	150		156
Nº de refeições servidas	7.305	9.070	10.845	15.665	6.717
Nº de cafés servidos	5.955	6.304	8.240	9.912	3.193

- SEMANA RURALISTA PARA IRMÃS DE CARIDADE -

Constituiu acontecimento de alta relevância a primeira concentração de Irmãs de caridade, na Universidade, para cursos breves principalmente no setor da economia doméstica. Pelo que se conhece, é a primeira vez que isto aconteceu no Brasil. Podem ser imaginadas as dificuldades desta iniciativa. Solicitaram inscrição, 12 freiras e o comparecimento foi de 4. Este número, a primeira vista pequeno, é considerado excelente para a primeira semana realizada.

Houve grande interesse e foi de enorme proveito o estágio feito. Os trabalhos decorreram com absoluta normalidade. É iniciativa que deve ser continuada.

As concentrações de Padres e de Irmãs, além de terem o propósito de melhorar o ensino de economia doméstica nas Escolas Normais, ajudar a obra educativa do meio rural e facilitar o fomento da

produção pelos Padres, constitue uma propaganda de grande valor à Universidade Rural, com possíveis reflexos no aumento de alunos.

10 cursos dif.	48 aulas	77 horas de aula
10 professores	9 dias duração	4 alunas
1 congregação	Sacramentinas	Manhumirim

- SEMANA FEMININA -

Com a restrição feita às senhoras para frequentarem a Semana do Fazendeiro, surgiu o problema de se criar a Semana Feminina. Seria isto o restabelecimento do que foi realizado no passado.

Desta forma, o problema poderá ser focalizado com mais objetividade e no interesse da mulher. Principalmente no que se refere às professoras rurais, que poderão contar com uma orientação mais segura na condução dos problemas de suas escolas. Com estes objetivos foi organizada a primeira semana feminina para 1955, em uma segunda etapa, na Universidade Rural.

- SEMANA RURALISTA PARA PADRES -

Iniciativa nova no Brasil, teve início em 1953. Para sua efetivação foi solicitado o apoio do Senhor Arcebispo D. Helvécio Gomes de Oliveira, não só por correspondência, como por entendimentos pessoais.

Considera-se uma das maiores realizações dos últimos anos na UREM. A idéia foi muito bem aceita e o comparecimento de 35 Padres atesta o seu pleno sucesso.

A Semana Ruralista para Padres deve ser continuada e a ela deve ser dado a melhor atenção.

Inscritos	57	Duração	4 dias
Compareceram	35	Paroquias	29
Cursos dif.	10	Dioceses	3
Palestras	3		
Professores	11		
Horas de aula	30		

- CLUBES DOS 4 S -

Procurando uma organização que fosse capaz de atender o ensino de práticas agrícolas, de economia doméstica, higiene e etc, a meninos e meninas, foi estudado a organização de clubes agrícolas.

Nos Estados Unidos e outras Nações existem esta organização. Da sua utilidade não se discutia, procurava-se uma série de quatro letras que pudessem definir os seus propósitos, a se-

melhança das organizações estrangeiras. Foram estabelecidas quatro "S" que tem a seguinte significação:

SABER

SENTIR

SAUDE

SERVIÇO

A A.C.A.R. adotou as mesmas iniciais e com os mesmos objetivos tem organizado, em vários municípios, Clubes "4S".

É uma organização iniciada em 1953 que deve ser impulsionada. É de se esperar que os seus resultados, entre nós sejam tão promissores como o foram em outros Países.

Existem funcionando vários Clubes "4S" em diversos pontos, na cidade de Viçosa, junto às Escolas primárias anexas à U. R.E.M.G. e também em alguns municípios como: Coimbra, Teixeira, São Miguel do Anta. Alguns são para meninos e outros para meninas, assim distribuídos:

	Meninas	Freq.	Meninos	Freq.	Total	Freq. Total
Viçosa	3	38	2	32	5	70
Coimbra	1	25	1	54	2	79
Teixeiras	1	20	1	28	2	48
S.Miguel	1	15	1	40	2	55

- CURSOS ESPECIAIS -

A ordem cronológica dos cursos que, pela própria Universidade ou em colaboração com outras entidades, foram realizados é a seguinte:

1 - Curso de treinamento, durante o período de férias, para moças e rapazes, candidatos a trabalho na ACAR. Este curso, levado a efeito no período de férias 1951-1952, contou com a supervisão técnica de uma americana, Miss S. Taylor. Colaboraram no mesmo, além de técnicos convidados pela ACAR, vários professores da ESA. Graças a esta colaboração, após um curso, realmente intensivo e de grande proveito, pôde a ACAR contar com seu primeiro grupo de funcionários treinados para os objetivos a que se propõe em Minas.

2 - Durante as férias seguintes - 1953-1954, foi realizado novo curso com os mesmos objetivos. Desta feita, várias moças que haviam feito o curso de um ano na ESCD ficaram matriculadas. Foi êle, por parte da ACAR, orientado por Miss Alita Mac Dowel.

3 - Em novembro de 1954, outro curso da mesma natureza foi organizado. Desta feita, somente, para moças, uma vez que

havia sido deliberado pela ACAR aceitar também a colaboração da Escola de Lavras, onde deveria ser realizado o curso de treinamento para agrônomos.

4 - Durante o ano de 1953, hospedou a Universidade Rural o professor W.G. Warren, chefe do Departamento de Economia Rural da Universidade de Cornell. Realizou êle um curso intensivo sobre "pesquisas em Economia e Administração Rurais" para técnicos. Este curso foi assistido pelos professores da Universidade Rural, diretamente, interessados e pelo prof. Laudimilo de Almeida, da Escola de Areias, na Paraíba, aquí vindo, especialmente, para isso.

5 - Podem ser denominados cursos de extensão cultural as séries de conferências realizadas na ESV e na ESA, durante vários dias por técnicos.

1 -

2 - Prof. Amadeu Fialho, em 1954

3 - Prof. Duks, em 1954

4 - Prof. Henrique de Barros, em 1953

- CONCURSOS PARA CATEDRÁTICOS -

Para possibilitar o início dos concursos para as várias cátedras, foi desenvolvida intensa atividade com o objetivo de torná-los, absolutamente, legais, em face da legislação federal.

Fazia-se necessário que fossem iniciados êsses cursos que constituem um imperativo da Lei.

Após vários entendimentos, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, ficou deliberado que era da competência do Senhor Ministro resolver que as atribuições da Congregação fossem exercidas pelo Conselho Universitário, à semelhança do que ocorria na Universidade do Brasil. A autorização do Sr. Ministro da Agricultura foi publicada no "Diário Oficial" de 16/X/53.

Foram realizados os seguintes concursos:

1953 e 1954

1 - Cadeira de Economia Rural - Prof. Edson Potsch Magalhães.

2 - Cadeira de Genética - Prof. Carlos Socias Schlottfeldt

3 - Cadeira de Anatomia Patológica - Prof. Antonio Vieira Machado

4 - Cadeira de Hidráulica Agrícola - Prof. Alberto Daker

Os concursos devem ser estimulados ao máximo. Dois outros já estão autorizados para 1955:

1 - Cadeira de Solos e Adubos

2 - Cadeira de Histologia e Embriologia.

O início dos concursos para catedráticos marca uma nova fase na vida das Unidades da UREMG, satisfazendo-se assim mais uma exigência da Legislação Federal.

- OUTROS CONCURSOS -

Foram realizados concursos de Provas e de Títulos para professor assistente e de título para promoção de assistente a adjunto.

Êstes concursos foram realizados nas Escolas Superiores de Agricultura e de Veterinária.

1 - Na Escola Superior de Agricultura
Para professor assistente

2 - Na Escola Superior de Veterinária
Para professor assistente

Para professor adjunto

Deve ser declarado que todos os concursos foram processados como manda a lei, logrando os candidatos aprovação.

- GREVE DOS ALUNOS -

Em princípios do ano letivo de 1954, a Congregação da ESA, analisando faltas disciplinares de dois alunos e tendo em vista, principalmente, a vida pregressa dos mesmos, sob todos os aspectos, resolveu cancelar a matrícula de um e suspender por um ano ao outro, além de submeter êste último a regime de matrícula condicional no futuro.

Durante tôda a sua existência, foi sempre preocupação da Instituição o exame cuidadoso do comportamento de seus alunos, como estudantes e como cidadãos. Esta praxe salutar encontra justificativa se considerarmos a localização geográfica da ESA e o sistema de internato adotado. Tal tipo de disciplina tem constituído uma das garantias da Vida social da comunidade.

Inconformados com a resolução, recorreram os alunos, sem atentar para a hierarquia de recursos na Universidade Rural, para órgãos federais, atavés das organizações estudantis do Estado e do País. A demora da solução do assunto fez com que, por

por circunstâncias muito particulares, viesse o Sr. Ministro da Agricultura dar um despacho no processo que lhe fôra encaminhado, em grau de recurso. A congregação, antes de dar cumprimento ao dito despacho ministerial, desejou examinar o assunto com o devido cuidado, uma vez que sua excelência, por várias razões, lhe era merecedor de aprêço e acatamento.

A solução do caso demora e não sem razão pois que dependia de pareceres jurídicos de advogados e especializados num assunto pouco estudado. Pela demora e por muitas circunstâncias envolventes, os alunos da ESA entraram em greve. Estendeu-se o movimento a outros estabelecimentos de ensino do Estado, justamente pela retardamento da solução. Os grevistas tentaram um mandado de segurança no fôro da comarca. Declarando-se incompetente o Merítíssimo Juiz de Direito de Viçosa, foi o mandado distribuído a juiz competente em Belo Horizonte. Essa instância denegou o manda to.

Enquanto isso, recebia-se o parecer jurídico sôbre a matéria e o Reitor, com assistência de advogado, convencia os alunos a recorrerem ao Conselho Universitário, instância competente para apreciar a greve. o Conselho Universitário houve por bem dar efeito suspensivo ao recurso e designar um relator, dando plena e ampla possibilidade de defesa aos alunos, para apreciação posterior do assunto. Em reunião especial, de 11 de dezembro de 1954, estando o processo devidamente instruído e em face do parecer do relator, foram as penas impostas pela Congregação da ESA confirmadas pelo Conselho Universitário.

- COOPERATIVA DE CONSUMO -

Tem constituído preocupação constante a organização de uma cooperativa de consumo para os servidores da Universidade Rural e, particularmente, para os diaristas. Foi, realmente, objeto de vivo interesse, tendo-se elaborado estatutos, entrando em contacto com a Divisão de Cooperativismo do Estado e negociado com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais uma conta corrente garantida até R\$ 500.000,00 para lhe garantir o funcionamento. Infelizmente, não se logrou resultado.

Continuando a mesma idéia, um grupo de professores fundará uma cooperativa na Universidade Rural. Em face de uma resolução recente do Conselho Universitário, tornou-se possível a participação dos operários como cooperados. Será isto de enorme valia pelas vantagens, de todos conhecidas, que lhes trará uma organização assim.

- HECATOMBE -

Na antiguidade grega, chamavam hecatombe ao sacrifício de uma centena de bois.

Em fevereiro de 1954, não em tão alta escala, mas em grande número, perdeu a Universidade Rural parte considerável de seu rebanho bovino, quando, ocasionalmente, respondia pela diretoria da ESA o Prof. Alfred Beck Andersen.

Ao se manifestar o mal, tomaram-se com urgência as providências que o caso requeria. De acordo com os professores do Departamento de Zootecnia, o Sr. Diretor solicitou a vinda de veterinários da ESV para a verificação do que ocorria. Tudo se fez para o esclarecimento do assunto. A conclusão final foi causado por envenenamento. No tratamento costumeiro e normal contra o berne, foi adicionado, sem dolo, ao extrato de tabaco, carrapaticida (em concentração) à base de arsênico. O caso foi objeto de inquérito cujos documentos estão arquivados na Diretoria da ESA.

- COLABORAÇÃO DO SERVIÇO DA MALÁRIA
NO COMBATE ÀS MOSCAS -

Conseguiu-se, gratuitamente, que os Serviço Nacional da Malária, setor de Minas Gerais, fizesse, em todas as dependências da Universidade Rural, inclusive casas de operários, uma pulverização completa. Os resultados foram magníficos, concorrendo para o melhor saneamento do meio. Foram deixados na Universidade Rural 3 pulverizadores e um pouco de material usado. Ficou-se assim em condições de fazer repetir a operação.

- ABREUGRAFIA -

Em 1952, tentou-se conseguir o exame radiológico de todo o pessoal da Universidade Rural, inclusive alunos. Através do Ministério da Saúde, posteriormente desmembrada, fez-se todo o possível. Obteve-se promessa formal do Serviço de Tuberculose, solicitando-se a intervenção do Deputado Israel Pinheiro. Esta medida foi pleiteada em 1953 e 1954. De todas as vezes, havia promessa, mas, até o momento, nada se conseguiu. É considerado assunto importante que deve merecer a atenção. Sendo do conhecimento das autoridades federais e estaduais, serão fáceis novos entendimentos a respeito.

- VENCIMENTOS DO REITOR -

O atual Reitor, nomeado em comissão, sem prejuízo de suas funções, a princípio e, depois, ainda em comissão, mas en-

tregue sómente às atividades da Reitoria, sempre optou pelos seus vencimentos no Estado. Em face de sua nomeação, deve ser afirmado que não exerceu outra atividade que lhe tomasse ou que lhe fosse remunerada. É sócio de duas firmas, uma em Belo Horizonte e outra em Visconde do Rio Branco não tendo qualquer função ou atribuição junto a elas. Foi eleito diretor de uma cooperativa de crédito em Belo Horizonte onde não percebe vencimentos, não tem função e de cujo cargo se tem valido, apenas para beneficiar à Universidade Rural.

De acôrdo com o parecer do Sr. Advogado Geral do Estado, confirmado, Verbalmente, pelo Dr. Darcy Bessone, tem o Reitor o direito de receber a diferença entre seu vencimento no Estado e o de Reitor.

Ainda não recebeu o Reitor, até o presente momento, da Universidade Rural a parte que lhe deve caber.

- PASSES DO ESTADO -

Não é fora de propósito uma referência à economia de gastos que se tem feito no setor de transportes. Desde que a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais foi declarada instalada, tem-se conseguido usar os passes do Estado para as várias necessidades da Universidade.

Em fins de 1954, houve uma ligeira restrição por parte do Sr. Secretário da Agricultura. Compreendendo a situação, depois de devidamente esclarecido, autorizou o Sr. Secretário que a Universidade Rural também continuasse a fazer uso dos passes do Estado. É uma vantagem excepcional que se deve procurar manter, em qualquer tempo em que surjam novas dificuldades. Representa grande economia de numerário. E, de fato, a Universidade Rural presta imensos serviços à agricultura mineira, com o fornecimento de sementes, mudas e animais aos agricultores.

- REGIME DE CAFETERIA -

Mereceu especial atenção, por parte da ESA, da ESCD e da Reitoria, o refeitório do internato. Estudaram-se vários meios de melhorá-lo e de tornar mais econômica sua manutenção. O então diretor Joaquim Matoso colocou o assunto, de acôrdo com entendimentos havidos, sob a orientação da ESCD. Em 1953, foi feita experiência durante uma semana, para examinar a possibilidade do regime de cafeteria e a aceitação dêle por parte dos alunos, à semelhança do que se fazia na Semana do Fazendeiro. Foi feito relatório por Miss Anita Dickson, sobre o assunto e a conclusão foi pela viabilidade e grande aceitação. Infelizmente, u-

ma série de problemas, principalmente, o de se encontrar uma pessoa com capacidade para responder pelo refeitório, impossibilitou sua execução, tão cedo quanto se desejava.

Deve-se informar que o regime de cafeteria vem sendo adotado no refeitório da ESCD, com pleno sucesso.

Felizmente, durante o ano letivo de 1954, foi encontrada a pessoa para a direção do refeitório: D. Clarissa Rolfs que tem prestado excelente serviço, realizando os desejos da administração da U.R. em relação àquele departamento.

- PEDREIRA VELHA -

Entendimentos verbais foram feitos com o atual engenheiro da Estrada de Ferro Leopoldina, sediado em Ponte Nova, para aproveitamento da antiga pedreira da Universidade Rural, por aquela via férrea. Em princípio, viu-se essa possibilidade de interesse para a estrada; além de outras obrigações, assumiria a Leopoldina a de fornecer pedra necessária ao serviço da Universidade Rural. Ficam assim esclarecidos os primeiros entendimentos, sem que tenha havido qualquer compromisso de parte a parte.

= LIGAÇÃO RODOVIÁRIA A RIO-BAHIA =

Devem ficar registrados os entendimentos feitos com o DER, no sentido de ser feito novo estudo para a passagem dessa rodovia, em terrenos da Universidade Rural, no "Fundão". O atual traçado corta o centro de uma área plana. Foram sugeridas três outras soluções:

- 1 - Aproveitamento do leito velho da Estrada de ferro Leopoldina.
- 2 - Borda marginal ao campo de aviação, entre este e o córrego.
- 3 - Subir o traçado atual, locando-se a nova estrada a meio morro.

Parece que das soluções a melhor é a primeira. O assunto não está resolvido ainda em definitivo.

- CAMPO DE AVIAÇÃO -

Tem-se como realização de importância, pela facilidade de intercâmbio, o campo de pouso para aviões, construído nos terrenos da Universidade Rural. Encurtando a viagem Viçosa- Belo Horizonte, mas também ao Rio de Janeiro. Espera-se que, dentro das possibilidades, facilidades sejam concedidas no sentido de ser realizado esse propósito.

- COLABORAÇÃO DE TÉCNICOS -

Tem contado a Universidade Rural, em suas unidades, com colaboração de técnicos estranhos aos seus quadros. Representa este fato um auxílio porque as suas despesas com pessoal ficam diminuídas. Os funcionários que se encontram à disposição da Universidade Rural são os seguintes:

- 1 - Dr. José Brito Figueiredo - Como professor na E.S.V.
- 2 - Dr. Eduy Catão - Como professor na E.S.V.
- 3 - Dr. Vicente Costa Val - Como professor na E.S.V.
- 4 - Dr. Mário Barbosa - Como professor na E.S.V.
- 5 - Dr. Vitório Emanuel C.Côdo - Como professor na E.S.A.
- 6 - Capitão Maurity de Oliveira - Como professor de Educação Física na E.S.A.
- 7 - Dr. Silvério de Lima Viana - Como professor na E.S.A.
- 8 - Srta. Zilda Ribeiro de Paiva - Como professora na E.S.C.D.
- 9 - Srta. Ligia de Oliveira - Como professora na E.S.C.D.
- 10 - D.Stela Brandão Campêlo - Como orientadora social da E.S.C.D.
- 11 - Dr. Nirmen Roswell - Com atribuições no S.E.
- 12 - Dr. Afonso N.Simões Corrêa - Como professor na E.S.A.
- 13 - Técnico Agrícola - Edwiges Pereira de Melo, com atribuições no S.E.
- 14 - Sr. Davino Joaquim Ribeiro - Com atribuições na E.S.V.
- 15 - Sr. Claudio Wilson Viana Dotti - Com atribuições na E.S.V.
- 16 - Sr. Silvério Miguel - Com atribuições na E.S.V.
- 17 - Sr. Eurides Pinto - Com atribuições na E.S.V.
- 18 - Sr. Lourival Gomes Ribeiro - Com atribuições na E.S.V.
- 19 - Sr. Amaral Batista Magalhães - Com atribuições na E.S.V.
- 20 - Sr. Antonio Eustágio de Castro - Com atribuições na E.S.V.
- 21 - Dr. Com atribuições na E.S.V.

A exceção de dois, um funcionário federal e outro da prefeitura de Araxá, todos os demais são funcionários do Estado de Minas Gerais. Percebem êles uma gratificação variável com a função que exercem.

Contam com outras colaborações tais como:

- 1 - Por dois anos da Dra. Bertha Lange Morretes - da Universidade de São Paulo;
- 2 - Por um semestre com o Dr. Otávio Pinto - da Secretaria da Agricultura.

- TÉCNICOS DA UREMG À DISPOSICÃO DE OUTRAS ENTIDADES -

Possui a Universidade Rural técnicos e servidores à disposição de outras repartições. São êles:

- 1 - Dr. Geraldo Corrêa, à disposição da Secretaria da Agricultura.
- 2 - Dr. José Maria Pompeu Memória, à disposição da Secretaria da Agricultura, até agosto de 1955.
- 3 - Dr. Diogo Alves de Melo, à disposição da Secretaria da Agricultura.
- 4 - Maria de Lourdes Rezende, à disposição da Secretaria das Finanças.
- 5 -
- 6 - Dr. Vicente de Paulo Machado, ficou à disposição da Secretaria, por alguns meses, já se encontrando em suas funções normais na Universidade Rural.

Nêste capítulo vale mencionar a turma de operários mantida pela Divisão de Conservação de Solos, Irrigação e Drenagem do D.P.V. da Secretaria da Agricultura, em trabalho, de colaboração. Esta turma é composta de seis homens.

- ESTAGIOS E VIAGENS AO ESTRANGEIRO E NO PAÍS -

Todo apoio foi dado às viagens de estudo.

A Universidade conta ainda, por uma série de fatores, com um corpo docente em formação. De outro lado, constitue um verdadeiro privilégio que 80% das outras instituições não possuem, o de poder autorizar sem proibição e delongas burocráticas, os seus professores para estágios e cursos de especialização no estrangeiro.

Os professores e técnicos em viagem foram os seguintes:

1950

- 1 - Dr. Anibal José Alves Torres - Estágio na

França

1951

- 1 - Dr. Joaquim Campos - Tirou o título de M.S.
Universidade de

1952

- 1 - Dr. José Rodolfo Torres - Tirou o título de
M.S. - Iowa Agriculture College
- 2 - Dr. José Marcondes Borges - Tirou o título de
M.S. - Universidade de Purdue.
- 3 - Dr. Fábio Ribeiro Gomes - Tirou o título de
M.S. - Universidade de Purdue.
- 4 - Dr. Lourenço Lazzeri - Estágio na Escola de
Veterinária da Universidade de São Paulo.
- 5 - Dr. Joaquim Martins Ferreira Netto - Estágio
na Escola de Veterinária da Universidade de
São Paulo.

1953

E.S.A.

- 1 - Otto Andersen - em estágio, candidato a P.H.
D. - Universidade de California.
- 2 - Dr. Osmane Hipólito - em estágio, candidato a
P.H.D - Universidade
- 3 - Dr. Alberto Monteiro Wilwerth - em estágio,
candidato a P.H.D. - Universidade de Califór-
nia.
- 4 - Dr. Erly Dias Brandão - Viagem de estudos a
- 5 - Dr. Oldemar Rezende Pimenta - Viagem de estu-
do, vários pontos dos Estados Unidos.
- 6 - Dr. Walter Brune - Estágio em São Paulo.

1954

- 1 - Dr. Edgard de Vasconcelos Barros - candidato
a M.S., Universidade de Wisconsin.
- 2 - Helena Martins Teixeira - em estágio, candida-
ta a P.H.D. - Universidade de Purdue.

3 - Dr. Flávio Augusto d'Araujo Couto

4 - Dr. Francisco Megale - em estágio, candidato a P.H.D. - Universidade de

5 - Dr. Leonidas Machado Magalhães - viagem de estudo em várias partes dos Estados Unidos.

6 - Fábio Ribeiro Gomes - candidato ao título de P.H.D. - Universidade de Purdue.

7 - Erly Dias Brandão de Administração Rural.

8 - Dr. Alexis Dorofeeff - viagem de estudo. Várias partes dos Estados Unidos.

9 - Dr. Walter Brune - Estágio em São Paulo.

Acredita-se que nenhuma organização brasileira mantenha tão intenso intercâmbio, no propósito de aperfeiçoar o seu corpo docente.

Na relação anexa há vários tipos de duração de estágios. Desde 4 anos até 6 meses. Quasi todos contaram com bolsa de estudo e facilidades de instituições brasileiras e estrangeiras, e o auxílio da U.R. variou, além dos vencimentos de cada um, de \$ 25.000,00 a \$ 50.000,00.

Sem nenhuma dúvida, esta política deve ser seguida. Não são muitas as instituições que podem contar com estas facilidades. O Reitor foi convidado para participar de viagens juntamente com os diretores de Escolas de Agronomia, Veterinária e outros Institutos do País e, em 1953 e 1954 a América do Sul. Infelizmente, por imperativos funcionais julgou-se impossibilitado de atender a tais convites.